

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Um dos melhores indicadores de progresso de uma sociedade moderna reside no estado de saúde dos seus cidadãos.

Uma sociedade desenvolvida tem prioridade política na promoção da saúde e no combate eficaz à doença de todos e de cada um.

A ideia da saúde para todos impõe projectos de inclusão para as pessoas sem recursos, combate aos flagelos da vida, do álcool, da droga, das doenças transmissíveis tais como a sida, das doenças crónicas, do envelhecimento da população e do aumento dos cuidados geriátricos. Ela impõe-se na opção de uma medicina

preventiva e no investimento por uma medicina preditiva, que na actualidade começa a ter relevante importância.

A política regional de saúde, no âmbito da defesa da vida, deve assegurar acessibilidade facilitada a mães grávidas e a crianças de tenra idade.

Vislumbramos como estratégica a progressiva implementação de um programa regional de saúde escolar de âmbito multidisciplinar, de modo a promover uma educação para a saúde o mais cedo possível, garantindo assim uma melhor prevenção da doença.

Importaria dar oportunidade a todas as crianças, que iniciem o primeiro ciclo, a terem acesso a uma consulta de oftalmologia, de medicina dentária e de otorrinolaringologia.

Garantir, com eficácia fiscalizada, o acompanhamento médico e de enfermagem a todas as grávidas durante o período de gravidez e durante o primeiro ano de vida da criança.

Mas esta não tem sido uma prioridade estratégica e coerente na prática dos governos do Partido Socialista.

Em oito anos e dois governos, foram já quatro os responsáveis governativos por esta área da governação.

Apesar da continuidade dos programas de governo, a verdade é, no entanto, que a prática governativa foi mais casuística, conjuntural e em função das opções e da visão pessoal de cada um dos diferentes membros do Governo.

O Presidente do Governo dispensou-se da sua obrigação de assegurar qualquer coordenação política em matéria de Saúde. Limitou-se a exonerar e a nomear Secretários.

Na saída de cada um dos Secretários da Saúde exonerados, registamos sempre com mais relevo a sensação de alívio dos que saíam do Governo e a falta de convicção dos novos Secretários Regionais nas propostas do programa do Governo.

É por isso que hoje, no debate do Programa do terceiro governo da responsabilidade do Partido Socialista, atendemos cada vez menos às generalidades, de mui abalada credibilidade, escritas no programa do Governo e atendemos mais à responsabilidade do quinto Secretário

Regional da Saúde, que na passagem do oitavo ano se apresenta à Assembleia Legislativa.

Aliás, este modelo escrito de Programa do Governo é mais um relatório conformado de algumas actividades realizadas, do que é, como devia ser, um documento de formulação de políticas estratégicas e definidor de prioridades.

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais,

É urgente aumentar a confiança dos açorianos na sua acessibilidade aos cuidados de saúde.

Afinal, estivemos perante uma política de saúde que, na generalidade, foi descontínua, desarticulada e incoerente, incapaz de promover a gestão eficaz dos recursos materiais, técnicos e humanos, sem aptidão para lidar com os profissionais de saúde e onde os principais prejudicados foram os utentes.

A herança que recebe não é a mais estimulante. O seu desafio governativo é, por isso, maior e mais difícil.

Pela sua duração política e pela Saúde dos açorianos, esperamos pela sua capacidade de resistência e pela inteligência estratégica na execução da sua política de Saúde.

Não confiamos na fragilidade deste programa do Governo.

Não cremos que, também, possa confiar na letra deste programa do Governo ou ter a esperança de que a Saudaço seja a garantia do êxito e do mérito da sua política de Saúde.

Também o extinto Instituto de Gestão Financeira da Saúde nos foi apresentado nesta casa como o instrumento essencial e suficiente para resolver então todos os problemas do serviço regional de Saúde.

Afinal teve vida curta e foi recentemente substituído pela nova esperança para os problemas da saúde nos Açores.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais,

Os cuidados primários de saúde são a principal porta de entrada e na maioria das vezes o primeiro ponto de contacto do utente com o serviço regional de saúde, motivo pelo qual é fundamental um maior desenvolvimento desses cuidados, mormente numa região como os Açores, com três hospitais e dezasseis centros de saúde.

Os cuidados primários de saúde deverão ser o principal PILAR dos cuidados de saúde, num sistema de saúde moderno, eficiente, capaz de responder atempadamente às necessidades dos utentes.

Para tal é imperioso um reconhecimento efectivo do papel preponderante do médico de família, na avaliação do estado de saúde do utente e na gestão da própria doença, conferindo uma maior funcionalidade e proximidade do sistema junto dos cidadãos.

Na área da medicina geral, o Programa do Governo Regional anuncia que vai assegurar a cobertura assistencial a toda a população por médicos de clínica geral, contudo, não apresenta medidas concretas de execução a curto prazo que atenuem o défice de médicos de clínica geral.

Não vislumbramos nenhuma proposta concreta que, a curto prazo, assegure um aumento da cobertura assistencial nos cuidados primários.

No que se refere às “listas” de espera devem ser elaborados, aprovados e implementados programas de combate às listas de espera cirúrgicas e de exames complementares de diagnóstico, bem como, relativamente às consultas externas.

Mas sobre esta matéria, o programa do governo nada diz, a não ser generalidades,

De 2000 a 2004 o Governo Regional somente aprovou um programa, denominado Programa Experimental de Melhoria do Tempo de Acesso aos Cuidados de Saúde, constante da Portaria nº 33/2000, de 1 de Junho, e que só teve vigência durante o ano de 2000, e ao que se sabe só terá sido aplicado no Hospital de Ponta Delgada em duas ou três especialidades.

Quanto à telemedicina, dos projectos evidenciados parece-nos que há preferência por iniciar a telemedicina a montante dos cuidados de saúde essenciais, isto é, entre os hospitais da Região e outros hospitais mais diferenciados.

No entanto, parece-nos que a prioridade da telemedicina na Região deve ser a de assegurar projectos que liguem os hospitais da Região aos centros de saúde de influência de cada um, situados nas ilhas onde não está localizado a unidade hospitalar nos domínios determinantes da teleconsulta e telediagnóstico, e nas especialidades mais comuns, quer no ambulatório, quer no serviço de atendimento permanente daquelas unidades.

A nossa alternativa, vai no sentido da telemedicina iniciar a sua efectivação na prioridade da referenciação hospitalar para os centros de saúde situados em ilha diversa da unidade hospitalar.

Parece-nos, com efeito, que esta prioridade na implementação e execução da rede de telemedicina seria factor determinante para a



redução, a curto prazo, dos custos sociais e financeiros relacionados com a deslocação de doentes e de especialistas.

Destacamos ainda a ausência de qualquer ideia no programa do governo sobre a importância da elaboração dum estudo que determine e contabilize os custos acrescidos que a prestação de cuidados de saúde nos Açores acarreta.

Na verdade, determinados que fossem estes custos de insularidade na saúde, os mesmos poderiam servir de argumento para o reforço de solidariedade do Estado nesta matéria.

Por fim, não se vêem novas ideias sobre o financiamento do Serviço Regional de Saúde, por exemplo sobre uma eventual negociação, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio de 2007 a 2013, dum plano operacional e autónomo para a área da Saúde na Região.

Está na hora de pensar na saúde dos açorianos.

Está na hora de coordenar e garantir uma estratégia de qualidade e de eficiência de gestão do Serviços Regional de Saúde, à medida da

competência profissional dos agentes de saúde que temos no Serviço Regional de Saúde.

Está na hora de mudar de atitude.

A letra deste Programa do Governo não traz nada de novo. É a continuidade duma política que já provou ser ineficaz.

Esperemos agora pela acção governativa.

Disse!